

DOUBLE BIND E O (NÃO) LUGAR DA TRADUÇÃO

Camila Bozzo Moreira¹

7

Resumo: Este artigo pretende contextualizar muito brevemente o desenvolvimento dos Estudos da Tradução até seu estabelecimento como disciplina para problematizar alguns conceitos a partir do prisma da desconstrução de Derrida. Esse filósofo propõe o conceito do *double bind* para revisitar discussões que existem na área desde os primeiros registros, como a possibilidade *versus* impossibilidade de tradução. Ao relativizar a oposição entre original e tradução, Derrida resgata o tradutor e o texto traduzido da marginalização a que são relegados, ainda que, paradoxalmente, não haja cultura que sobreviva sem a prática tradutória. A desconstrução evidencia a subjetividade do tradutor como argumento de defesa do *status* da tradução como também um original. Contribuem para esse mapeamento e essa discussão acerca da subjetividade do tradutor autores como Venuti (2002), Berman (2002) e Ottoni (2005).

Palavras-chave: tradução; desconstrução; *double bind*; subjetividade.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre o fazer tradutório já estariam postas desde Cícero – século I a.C. –, entretanto, somente partir da década de 1970 surgiram trabalhos que procuravam estabelecer os estudos da tradução enquanto área independente da Linguística, Teoria Literária etc.². E, desde as primeiras discussões, a tradução se mostrou bastante intrigante³, pois apresenta uma contradição que, embora bastante sutil, gera uma divergência ao se apreender esse objeto de estudo. Antoine Berman comenta essa contradição: “Por um lado, considera-se que [a tradução] se trata de uma *prática* puramente intuitiva [...], não exigindo no fundo nenhuma *teoria* [...] Por outro lado, existe [...] uma abundante massa de escritos sobre a tradução, de natureza religiosa, filosófica, literária ou – recentemente – científica” (grifos meus, BERMAN, 2002, p.11).

Ou seja, se para uma prática a teoria não é necessária, significa que não seria preciso um estudo especializado desse objeto; a Literatura ou a Linguística poderiam dar conta de uma eventual teorização da tradução. A virada para o século XX, entretanto, evidenciou uma necessidade de a tradução refletir

¹ Doutoranda em Estudos Literários pela UFPR (Bolsista CAPES), mestre em Estudos da Tradução pela USP e graduada em Estudos da Tradução pela UFPR.

² J. S. Holmes é um dos pesquisadores que procuraram fazer um mapeamento da área a fim de constituí-la enquanto independente. Cf. HOLMES, J.S. *The name and the role of Translation Studies*. (escrito originalmente em 1972). In: VENUITI, L. (org.). *The Translation Studies reader*. London; New York; Routledge, 2000, p. 172-185. No Brasil é possível conferir o trabalho de Pagano & Vasconcellos (2003). Cf. PAGANO, A; VASCONCELLOS, M. L. *Estudos da tradução no Brasil: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990*. DELTA [online], 2003. Antony Pym (1999) apresenta um trabalho a respeito da inter, trans e multidisciplinaridade dos estudos da tradução buscando argumentar a favor de uma autonomia da área. PYM, A. *Why Translation Studies should learn to be homeless*. In: MARTINS, M.A.P. (org.). *Tradução e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999, p. 35-51.

³ “O domínio da tradução é e sempre foi o centro de uma curiosa contradição” (BERMAN, 2002, p.11).

sobre si, que surgiu já na Alemanha clássica e romântica⁴. Essa reflexão “indica a vontade de definir-se e situar-se por si mesma e, por conseguinte, ser comunicada, partilhada e ensinada” (BERMAN, 2002, p.12). Dessa necessidade surgiram algumas vertentes tentando definir esse objeto, com métodos de abordagem muitas vezes bem semelhantes. Paulo Ottoni, em seu artigo *Tradução recíproca e double bind: transbordamento e multiplicidade de línguas* (2005), comenta que “há dificuldades em se traçar uma linha divisória entre duas abordagens sobre a tradução [...]” (OTTONI, 2005b, 49). Ele confronta as abordagens estrutural e formal com a pós-estruturalista sob o prisma da relação de oposição e semelhanças entre as línguas quando envolvidas na tradução. Para aquela, a diferença entre as línguas criaria dicotomias que oporiam formalmente teoria e prática, forma e conteúdo. Já o pós-estruturalismo questiona essas dicotomias, “que serão analisadas como construções teóricas e filosóficas; no entanto, mantém, de maneira diferente da abordagem estrutural e formal, a dicotomia língua materna e estrangeira” (OTTONI, 2005b, p. 49-50)⁵. Essas diferentes maneiras de enxergar o objeto não vão necessariamente se opor, uma abordagem não se sobrepõe a outra. O pós-estruturalismo parte da abordagem estrutural e formal para estabelecer suas postulações.

A visão pós-estruturalista ofereceu uma outra maneira de perceber a realidade: antes ela era dividida em dois pólos antagônicos, sólidos e exclusivos (A ou B) – como previa a abordagem formal e estrutural. Mas as discussões mais recentes colocaram-se “contra o caráter de fixidez e exclusão mútua dos elementos contidos nos ‘binarismos comuns ao pensamento sobre a tradução’” (FROTA, 2000, p. 127). Haveria, portanto um entrecruzamento entre os polos: eles não seriam mais antagônicos, mas complementares (A e B), o mundo poderia e deveria ser visto necessariamente a partir dos dois extremos em conjunto.

Um modo de ilustrar essa convivência de abordagens seria pensar em cada uma delas como postes de luz, cujas áreas de alcance se coincidem: onde ambas as luzes iluminam seria possível pensar a partir de uma ou outra visão. Mas, onde só uma delas alcança deve-se, então, admitir o limite da outra e vice-versa. Ou seja, não existiria apenas um caminho, uma lei para ser tomada como certa e única, mas várias possibilidades para se seguir.

Antoine Berman reflete em *A tradução em manifesto* (2002), introdução a *A prova do estrangeiro*, sobre a tentativa de definição da tradução enquanto objeto de estudo. Para tanto, comenta a necessidade da constituição de uma história da tradução, para que a partir disso a área possa compreender a si mesma, ou seja, estabelecer aquilo que ele chama de *teoria moderna da tradução*. Partindo desse mesmo pressuposto,

⁴ Essa necessidade de a tradução refletir sobre si na Alemanha dessa época não figurava ainda uma *teoria* propriamente dita, como comenta Berman, mas indicava a necessidade de uma reflexão sobre essa prática (Idem, p.12).

⁵ “A concepção de tradução que eterniza a distinção entre dois pólos antagônicos e opostos, entre língua materna e língua estrangeira, como faz a abordagem estrutural, define a tradução como um fenômeno universal que garante o transporte de significados de uma língua para outra. [...] [O pós-estruturalismo redimensiona essa distinção e mostra] que eles são complementares e que a tradução é um acontecimento que está dentro do jogo de significados que se produz entre as línguas. Não há, assim, fronteiras entre as línguas; elas se complementam, provocando e proporcionando um transbordamento e evidenciando a multiplicidade de línguas envolvidas na tradução” (OTTONI, 2005b, p. 50).

alguns estudiosos sugeriram um rastreamento histórico para limitar a tradução enquanto teoria e enquanto prática, como o crítico literário George Steiner (2005, pp.259-261), que buscou dividir a história da tradução em quatro períodos, formando, assim um modelo histórico-psicológico. Em resumo, Steiner localiza o primeiro período desde Cícero (46 a.C.) até Hölderlin (1804), passando por São Jerônimo, Lutero, entre outros. O segundo período é marcado pela hermenêutica de Schleiermacher, passando por Schlegel, Humboldt, Paul Valéry, Ezra Pound, Walter Benjamin, e vai até 1946. O terceiro período insere-se na contemporaneidade das traduções automáticas da década de 1940 e já marca o estabelecimento da Tradução como disciplina, na década de 1960 e a “descoberta” de um dos ensaios divisores de águas, a saber “A tarefa do tradutor”, de Walter Benjamin, publicado originalmente em 1923. O quarto período ocorre concomitante ao anterior e retoma, num plano teórico, as discussões já iniciadas nas outras fases: a (im)possibilidade da tradução.

Esse modelo foi, contudo, criticado por Bassnett-McGuire que alegou que sua “divisão em quatro partes é, para dizer no mínimo, altamente idiossincrática [...]. É virtualmente impossível dividir períodos utilizando datas, já que [...] a cultura humana é um sistema dinâmico” (*apud* OTTONI, 2005c, p. 78). Partindo desse pressuposto, a autora propõe uma reorganização dessa história, de modo a sugerir maneiras de abordagem acerca do conceito de Tradução em cada época alterando, assim, a função e o papel do tradutor. Fica então como ideia de divisão: “Os Romanos; A tradução da Bíblia; Educação e o vernáculo; Primeiros teóricos; A Renascença; Os Vitorianos; Arcaizantes; Século XX” (OTTONI, 2005c, p. 79), que não deixaria de ser mais uma classificação cronológica dos fatos. Apesar de a autora não se apoiar em datas específicas, ainda se tem uma noção de limitação temporal para cada nova definição do conceito. Ainda há uma linearidade, uma posição complicada, pois a impressão que se tem é de que a autora não considera a convivência de diferentes concepções em um mesmo período. É possível que uma ou outra predomine numa determinada época, às vezes é até o esperado, mas isso não significa que todos os trabalhos do período teriam uma única orientação. Diferentes orientações sempre convivem. A autora mesmo assume a cultura como um sistema dinâmico, o esperado seria uma pressuposição que enveredasse por uma linha de ideias semelhantes.

A reflexão histórica sobre a tradução proposta por Berman, por outro lado, parte do princípio de que é “impossível separar essa história daquela das línguas, das culturas e das literaturas” (BERMAN, 2002, p. 13). É importante ressaltar que a Tradução, é (faz parte de) um sistema dinâmico, isto é, está em constante alteração por conta da relação com outros sistemas, também dinâmicos. Para Berman, “[f]azer a história da tradução é redescobrir pacientemente essa rede cultural infinitamente complexa e desconcertante na qual, em cada época, ou em espaços diferentes, ela se vê presa” (BERMAN, 2002, p. 14). Berman comenta que para homens como o poeta holandês Hooft,

[...] o sentido da tradução devia ser diferente do nosso, como era o da literatura. Para nós, as auto-traduições são exceções, assim como o fato de que um escritor [...] escolha uma língua que

não é a sua. [...] Em resumo, é toda a relação com a língua materna, com as línguas estrangeiras, a literatura, a expressão e a tradução que se estruturou de outro modo (BERMAN, 2002, p.14).

As periodizações oferecidas por Steiner, portanto, não satisfazem mais. Berman sustenta pensar a história enquanto uma abertura do próprio presente, de modo a “saber o que deve significar hoje a tradução em nosso campo cultural” (BERMAN, 2002, p. 15), ampliar e aprofundar o campo de pesquisa da teoria. Com esse processo de “expansão”, a Tradução consegue, desse modo, ser vista enquanto autônoma, já que “a tradução traz em si uma tensão que resiste à sua fixação em períodos estanques, daí as múltiplas tentativas de formalização teórica e histórica” (OTTONI, 2005c, p. 78).

10

Ele se questiona acerca da condição da Tradução, pois, depois de tantos “êxitos, tantas obras de arte, tantas pretensas impossibilidades vencidas, como é que o adágio italiano *traduttore traditore* ainda pode funcionar como um juízo final sobre a tradução?” (BERMAN, 2002, p. 15). A tradução seria vista de forma marginalizada por conta, dentre outros fatores, da posição que o tradutor ocupa, sempre suspeita, imerso entre línguas⁶, de modo a não se separar “das suas diferenças e nem das suas impurezas” (OTTONI, 2005a, p. 41). Estar entre línguas revela a mestiçagem que forma a tradução e que lhe delega o papel de garantir a sobrevivência dos valores de ambas as culturas em contato, ao mesmo tempo que admite sua impossibilidade.

Ademais, a tradução contém outra dualidade, se for pensada enquanto teoria e prática, dois níveis diferentes de abordagem, não necessariamente interdependentes, que muitas vezes poderiam gerar algum tipo de contradição. Mounin (1975, p. 94), nesse sentido, afirma que “a prática da tradução antecedeu toda a teoria sobre a tradução e sobrevive a qualquer teoria que negue a possibilidade de traduzir”, ou seja, aquilo que se estuda no nível teórico não teria reflexo na prática, necessariamente. Se há uma exigência da prática por uma teoria, esta teria um caráter especialmente instrumental, de modo a oferecer subsídios que justifiquem a escolha desse ou daquele modelo que melhor se encaixa na proposta de tradução⁷.

Uma reflexão essencialmente teórica, por sua vez, caminha por caminhos diversos que uma teoria da prática; muitas vezes, caminhos ainda não descobertos. A discussão não mais se dá no uso desse ou daquele termo em um idioma como equivalente para esse ou aquele em outro, ou quais estratégias a língua oferece para receber determinada carga de sentido. O pós-estruturalismo, por exemplo, parte da visão estrutural e formal de enxergar a tradução, mas apresenta uma abordagem diferente ao pensar os polos – prática/teoria, possibilidade/impossibilidade; original/ tradução – como complementares e não opostos.

⁶ “O sujeito, ao traduzir, está ‘entre’ a diferença de dois sistemas linguísticos e no ‘meio’ das ‘várias línguas’ que compõem as línguas envolvidas na tradução” (OTTONI, 2005a, p. 41).

⁷ Como é o caso de boa parte da obra de Andrew Chesterman, em especial *Memes of Translation* (2016) na qual ele defende a necessidade da teoria com o fim de oferecer uma maior e melhor instrumentação ao tradutor. Uma tradução a partir de pressupostos teóricos apresentaria melhores resultados, atendendo às exigências da cultura de chegada, do mercado editorial, do público leitor etc.

A abordagem estrutural e formal é a que sofre as mais severas críticas pela maneira como reafirma essas dicotomias. Grande parte dessas críticas começaram a surgir a partir dos anos 1980, através dos *Translation Studies*, que se apóiam numa postura pós-estruturalista da linguagem e questionam a maioria dessas dicotomias (OTTONI, 2005b, p. 50).

Como aponta Paulo Ottoni, o filósofo Jacques Derrida propõe o conceito do *double bind*⁸ para tratar desse abalo que a dimensão desconstrutivista causa às noções de uma divisão estanque entre duas línguas. As dicotomias serão apresentadas então, sob uma outra perspectiva, buscando abarcar aquilo que as noções tidas clássicas – abordagem estrutural e formal – já não conseguiam explicar de maneira satisfatória. Estas ainda dariam conta daquilo que até então se pretendiam abordar, entretanto, para além dessa circunscrição, seria necessário um outro tipo de direcionamento e aproximação. A tradução para estruturalistas como Catford e Nida é vista sempre sob a ótica de *ganhos* e *perdas* – o que, num processo tradutório, seria necessariamente descartado? Qual significado não poderia mais ser retomado por completo? Há uma ânsia pela tradução literal, “uma solução completa em si mesma, única e reversível, pois a retradução teria como resultado precisamente o texto original” (BARBOSA, 1990, p. 27), ao mesmo tempo em que se assume a impossibilidade da literalidade: “Assim, sendo impossível a *tradução literal*, será necessário recorrer à *tradução oblíqua*, ou seja, àquela que utiliza recursos lexicais ou sintáticos diversos daqueles empregados no texto da LO [língua original] [...], quer dizer, que altera a forma, mas sem alterar o conteúdo ou a mensagem” (BARBOSA, 1990, p. 25).

Ainda que as teorias com um teor instrumental possam servir de guias para a prática da tradução, essas teorias teriam dificuldades em tratar da questão da tradução em um nível teórico, a começar pelo fato de chamarem a atenção para o fato de que uma dada estratégia ou solução pode não funcionar para toda e qualquer língua. A transmissão de uma *mesma* mensagem em línguas diferentes, por exemplo, pode se apresentar como uma dificuldade teórica, como apontam as discussões sobre a noção de equivalência, de que partiriam os autores estruturalistas e que vai receber críticas bastante severas, tanto das vertentes pós-estruturalistas quanto do funcionalismo alemão⁹. Para tanto, é necessário aceitar essa necessidade impossível, essa realização ainda que contrariando todas as premissas.

RESISTÊNCIAS

Double bind seria uma situação psicológica difícil em que o indivíduo recebe de uma única fonte mensagens conflitantes entre si, não permitindo a formulação de uma resposta apropriada; em sentido amplo, trata-se de um dilema (NASCIMENTO, 2001, p. 99).

⁸ Termo originalmente criado pelo biólogo e antropólogo Gregory Bateson para descrever a situação na qual um indivíduo recebe duas informações contraditórias. Em português, é também conhecida como *Teoria do Duplo Vínculo*.

⁹ Para uma discussão sobre o tema da equivalência, cf. SNELL-HORNBY, M. *Übersetzen, Sprache, Kultur, in Übersetzungswissenschaft - Eine Neuorientierung. Zur Integrierung von Theorie und Praxis*, ed. M. Snell-Hornby, Tübingen: Francke, 1986/1994 (pgs. 9-29.); RODRIGUES, C. C. *Tradução e Diferença*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.; KOLLER, W. *Einführung in die Übersetzungswissenschaft*. Heidelberg: Quelle und Meyer, 1992;.

A reflexão sobre a tradução de uma perspectiva pós-estruturalista apresenta, já de partida, uma tensão interna: há uma impossibilidade de realização ao mesmo tempo em que há uma necessidade de traduzir. As diferenças linguísticas entre as línguas promovem um afastamento entre o texto de partida e o de chegada, que não poderão nunca ser completamente removidas. Caberia ao tradutor lidar com o grau dessa violência em cada tradução que ele assume. A tradução vista como uma violência às línguas (de partida e de chegada) traz à superfície “a estrutura etnocêntrica de qualquer cultura”, ou “essa espécie de narcisismo” de que fala Berman (2002, p. 16); a separação entre o Outro e o Um asseguraria a integridade deste. O *double bind* atuaria nessa resistência proveniente das culturas postas em relação no processo tradutório, como comenta Derrida:

Toda resistência supõe uma tensão, e primeiramente uma tensão interna. Mas sendo impossível uma tensão puramente interna, trata-se de uma inerência absoluta do outro ou de fora do coração da tensão interna e auto-afetiva. O *double bind* é [...] o que não dá lugar, enquanto tal nem à análise nem à síntese, nem a uma analítica nem a uma dialética. Ele provoca ao infinito a analítica e a dialética, mas é para lhes servir *absolutamente* (DERRIDA *apud* OTTONI: 2005c, 74).

O *double bind* explicita a necessidade sempre em conjunto com uma impossibilidade: há uma resistência à tradução provinda de toda cultura, por conta de uma violência que esse processo implica ao texto. Ao mesmo tempo e de modo complementar a essa resistência, há a necessidade de uma abertura ao Outro a fim de garantir a sobrevivência desse texto: ele continuará circulando entre as culturas, continuará sendo discutido enquanto houver a tradução (BERMAN, 2002, pp.17-8). O *double bind* joga, portanto, sempre com essa contradição, essa necessidade em conjunto com uma resistência que retoma a violência que o texto sofre: apesar de este ser efetivamente traduzido, há uma parte dele que eventualmente não se mostrará acessível à tradução. Há nele um contexto que a tradução jamais poderá alcançar, um contexto – um “não-significado”, pois estaria justamente no ponto inacessível do texto – que, na língua de partida, retomará uma série de referências, mas que se perderá com a tradução¹⁰. “Não é possível, através da leitura ou da tradução, recuperar integralmente o significado único e estável do texto: ele não existe” (OTTONI, 2005a, p. 41).

Re-produzindo o sistema-da-obra em sua língua, a tradução provoca nesta uma mudança, e aí existe indubitavelmente, um ganho, uma “potencialização”. Goethe teve a mesma intuição falando, a esse respeito, de “regeneração”. A obra traduzida é às vezes “regenerada”. E não somente no plano cultural ou social: em seu *falar* próprio. A isso corresponderia, por outro lado, o fato de que, na língua de chegada, a tradução desperta possibilidades ainda latentes e que só ela, de maneira diferente da literatura, tem o poder de despertar (BERMAN, 2002, p. 21).

¹⁰ “A descontextualização é a primeira diferença produzida pelo processo tradutório. [...] Ao recompor a materialidade [do texto de partida], ao criar um texto, a tradução é radicalmente recontextualizadora produzindo, portanto, uma segunda diferença, aliás, uma série de diferenças linguísticas e culturais que estão inscritas no texto de partida” (VENUTI, 2002, p. 217).

Ou seja, a tradução, ao mesmo tempo em que proporciona uma leitura outra do texto de partida, revelando sentidos que passariam despercebidos – reforçando a ideia de que a tradução garante, então, a sobrevivência desse texto –, ofusca leituras que só podem ser obtidas a partir do texto original¹¹. Este será, ao mesmo tempo legível e ilegível, traduzível e intraduzível. “Totalmente traduzível [legível], desaparece como texto, com escritura, como corpo de língua. Totalmente intraduzível [ilegível], menos no interior do que se acredita ser *uma* língua, morre imediatamente” (DERRIDA *apud* OTTONI, 2005a, p. 36 (colchetes na citação de Ottoni)). Derrida leva essa discussão à questão do nome próprio:

[...] eu diria que todo nome próprio é constituído desse desejo: traduza-me e não me traduza [*double bind*]. Não me traduza, isto é, respeite-me como nome próprio, respeite minha lei de nome próprio que está acima de todas as línguas e traduza-me, isto é, compreenda-me, conserve-me na língua universal, siga minha lei etc. (DERRIDA *apud* OTTONI, 2005b, p. 67-68 (colchetes na citação de Ottoni))

Em *Torres de Babel*, Derrida discute sobre o mito de Babel, gerador da confusão entre línguas: “Essa história conta, entre outras coisas, a origem da confusão das línguas, a multiplicidade dos idiomas, a tarefa necessária e impossível da tradução, sua necessidade *como* impossibilidade” (DERRIDA, 2006, p. 20-1); e se questiona sobre o fato de a história bíblica ser lida na maioria das vezes por meio de uma tradução. Entretanto, “o nome próprio guarda um destino singular visto que não está traduzido na sua aparição de nome próprio” (DERRIDA, 2006, p.21)¹². Partindo do nome “Babel”, Derrida explicita essa necessidade como impossibilidade. O tradutor, ao traduzir o nome próprio, no máximo “esboça uma análise dividindo o equívoco em duas palavras onde a confusão concentra-se em potência, em toda a sua potência, na tradução interna, se se pode deixar, que trabalha o nome na língua dita original” (DERRIDA, 2006, p.21-2). Ele vai jogar com a (in)traduzibilidade ao considerar o nome próprio comum, mostrando, assim, o transbordamento que existe entre as línguas¹³. Como várias línguas numa só língua, mostrando não uma mera oposição, mas sinalizando “a diferença ou o afastamento entre a simples inversão das oposições, sua marca no texto de partida, e seu deslocamento, sua re-marca” (NASCIMENTO, 2001, p. 94-5). Não haveria um centro único de onde as várias possibilidades emanam, mas diversas possibilidades que podem gerar esse centro.

¹¹ Uma outra forma de entender essa questão é considerar que esse intocável do texto de partida também não é único; em princípio, não haveria nada em texto nenhum que fosse completamente intocável. Cada tradução teria acesso a uma parte desse texto, descobrindo e produzindo sentidos diferentes em cada uma e ofuscando vertentes que não serão necessariamente as mesmas (lembrando que pensar a tradução a partir desse viés de recuperação [parcial] de sentidos não está presente na abordagem pós-estruturalista).

¹² “Ora, um nome próprio, enquanto tal, permanecendo sempre intraduzível, fato a partir do qual pode-se considerar que ele não pertence rigorosamente, da mesma maneira que as outras palavras, à língua, ao sistema da língua, que ela seja traduzida ou traduzante [*traduisante*]” (DERRIDA, 2006, p. 21).

¹³ “Ficar-se-ia então tentado a dizer *primeiramente* que um nome próprio, no sentido próprio, não pertence propriamente à língua; ele não pertence a ela, *ainda que* e *porque* seu apelo a torna (e) possível (que seria de uma língua sem possibilidade de apelar ao nome próprio?); conseqüentemente ele não pode se inscrever propriamente na língua senão deixando-se nela traduzir, isto é, *interpretar* no seu equivalente semântico: desse momento ele não pode mais ser recebido como nome próprio” (Idem, p. 22).

Este *double bind* esta dupla imposição inalisável da análise está presente no caso de todas as figuras ditas do indecível que são impostas sob os nomes de *phármakon*, de suplemento, de hímen, de diferença. E de um grande número de outros que trazem em si predicados contraditórios entre si (*apud* OTTONI, 2005c, pp.74-5).

A tradução como necessidade e impossibilidade aparece sob o signo do *phármakon*¹⁴ enquanto um suplemento, constituído a partir da estrutura do Um, mas que sob certo ângulo é independente, não precisa desse Um, tampouco é requisitado por ele¹⁵. Tal como Derrida comenta,

[...] essa ambiguidade, Platão, pela boca do rei, quer dominá-la, dominar sua definição na oposição simples e nítida: do bem e do mal, do dentro e do fora, do verdadeiro e do falso, da essência e da aparência. Se relermos os considerandos do julgamento real, encontraremos aí esta série de oposições. E disposta de tal modo que o *phármakon*, ou se assim se preferir, a escritura, só possa aí girar em círculos: é em aparência que a escritura é benéfica para a memória, ajudando-a do interior, por seu movimento próprio, a conhecer o verdadeiro. Mas, na verdade, a escritura é essencialmente nociva, exterior à memória, produtora não de ciência mas de opinião, não de verdade mas de aparência. O *phármakon* produz o jogo da aparência a favor do qual ele se faz passar pela verdade etc. (DERRIDA, 1991, p. 50).

Um Outro que de qualquer modo permanece dual e paradoxal: *phármakon* enquanto remédio e veneno, necessariamente (DERRIDA, 1991, p.45). Enquanto solução que vem de dentro, mas que mata por fora e contamina o interior, como comenta Evando Nascimento: “O *phármakon* é o suplemento que *aparentemente* vindo do exterior consegue contaminar a pureza de uma interioridade presente a si mesma. O problema dos suplementos é embaralharem a linha que separa o fora do dentro” (grifo meu. NASCIMENTO, 2001, p. 114).

São Partes que excedem o Todo, sem necessariamente assumir uma totalidade. Outro que na assunção do valor de Mesmo e de Um, resolve a comunicação e a destrói – aproxima leitor e autor, ao mesmo tempo em que os distancia, porque há partes do Um que são irrecuperáveis: textos que lemos, que traduzimos, forneceria apenas pistas de tudo aquilo que ele pode mostrar, cada investida resultando em novos significados. Berman comenta que “em uma tradução, não há somente uma certa porcentagem de ganhos e de perdas. Ao lado desse plano, inegável, existe um outro, em que alguma coisa do original *aparece* e que não aparecia na língua de partida” (BERMAN, 2002, p.21). Por conta da eliminação das barreiras entre as línguas, proporcionada pela abordagem pós-estruturalista, a tradução ocorreria entre a

¹⁴ Derrida em *A farmácia de Platão* (1991) discorrerá sobre essa questão do *phármakon* enquanto remédio ou veneno na figura de um suplemento, que vem de fora. Ele parte de um diálogo entre Sócrates e Fedro sobre o surgimento da escrita. Sócrates traz à discussão a história de Theuth, deus que teria descoberto a escrita, que presenteou o deus Thamus com sua descoberta. “Eis aqui, oh Rei”, diz Theuth, ‘um conhecimento (*tô máthēna*) que terá por efeito tornar os Egípcios mais instruídos e mais aptos para rememorar (*sphotérous kai mnemonikotérous*): memória e instrução encontraram seu remédio (*phármakon*) [...] A tradução de *phármakon* por *remédio* – droga benéfica – não é de certa forma inexata [...] Esta medicina é benéfica, ela produz e repara, acumula e remedia, aumenta o saber e reduz o esquecimento. Contudo a tradução por ‘remédio’ desfaz, por sua saída da língua grega, o outro pólo reservado para a palavra *phármakon*. Ela anula a fonte de ambigüidade e torna mais difícil senão impossível a inteligência do contexto. Diferentemente de ‘droga’ e mesmo ‘medicina’, *remédio* torna explícita a racionalidade transparente da ciência [...] excluindo assim, do texto, o apelo à virtude mágica de uma força à qual se domina mal os efeitos, de uma dinâmica sempre surpreendente para quem queira manejá-la como mestre e súdito” (DERRIDA, 1991, p. 21).

¹⁵ “Teremos refletido, de passagem, que a relação (a analogia) entre a relação *lógos*/alma e a relação *phármakon*/corpo é ela mesma designada como *lógos*. O nome da relação é o mesmo daquele de um dos termos. O *phármakon* está *compreendido* na estrutura do *lógos*. Esta compreensão é uma *dominação* e uma *decisão*” (Idem. p. 62).

multiplicidade de línguas (OTTONI, 2005a, p. 41), assim como o texto de partida. Cada tradução seria responsável por um recorte desse texto imerso entre as línguas, possibilitando, então, leituras que antes não poderiam ser feitas. Por conta disso, o tradutor ficaria nesse meio, podendo se submeter tanto à cultura de partida, quanto à de chegada. Para Berman,

[...] o tradutor é ambivalente. Ele quer forçar dos dois lados: forçar a sua língua a se lastrear de estranheza, forçar a outra língua a se de-portar em sua língua materna. Ele quer ser escritor, mas não é senão re-escritor. Ele é autor – e nunca o Autor. Sua obra de tradutor é uma obra, mas não é A Obra (BERMAN, 2002, pp. 19-20).

São, portanto, partes que se suplementam, pois, se por um lado a tradução vem de fora, contendo traços do texto do qual ela parte, por outro ela vem de dentro e se assume e se sustenta, como um texto criado e lido na cultura de chegada. Essa ambivalência da tradução, enquanto necessidade e resistência, solução, remédio para a cultura e, ao mesmo tempo, droga, pois gera uma alteridade que não é pura, mas uma miscigenação explícita, portanto o pensamento de que quando “o acidente [a tradução] assoma tão poderoso que pode ameaçar a pureza da essência, é porque entre um polo e outro a relação se revela mais intrínseca do que se poderia supor” (NASCIMENTO, 2001, p. 114). Ou seja, a relação entre os polos que tornam a tradução ambivalente seria tão complexa que não haveria como pensar em um sem levar em conta o outro.

O SENTIDO

A língua apresenta, pois, este caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista, sem que se possa duvidar, entretanto, de que existam e que é seu jogo que a constitui. Trata-se, sem dúvida, de um traço que a distingue de todas as outras instituições semiológicas (SAUSSURE: 2004, 124).

Com a lógica do *double bind* é possível notar que nada que parte da língua é estável, ou seja, nem mesmo ao se buscar um nível anterior encontra-se uma base sólida constante. A estabilidade é ao mesmo tempo ilusória e real, pois ela não existe concretamente, mas funciona e se sustenta para aquele conjunto de ideias; é única e efêmera. Saussure já falava sobre esse paradoxo:

O sistema nunca é mais que momentâneo; varia de uma posição a outra [...] os valores dependem também e sobretudo, de uma convenção imutável: a regra do jogo que existe antes do início de cada partida e persiste após cada lance [...]. O lance repercute sobre todo o sistema; é impossível o jogador prever com exatidão os limites desse efeito (SAUSSURE, 2004, p. 104).

Apesar de efêmero, esse lance afetará de algum modo todo o sistema. Uma jogada posterior só se dará por conta dele, já que só se terá esta jogada por conta de uma série de fatores anteriores.

A Tradução é o que é por conta dos movimentos da linguagem que, ao mesmo tempo em que estipula regras para os jogos daquela, influencia na movimentação de um jogo ainda mais anterior. Dois

jogos simultâneos, porém, de diferentes níveis, autônomos ainda que interdependentes. Esses jogos são oferecidos pelo autor do texto de partida: ele propõe um primeiro lance, uma primeira jogada. Ao leitor/tradutor caberia seguir a trilha e criar ou desvendar possíveis significados e interpretações, que serão estabelecidos de acordo com os pressupostos de cada indivíduo. O significado é aberto, já comenta Derrida: “o que digo nunca corresponde a uma tese. Não existe finalmente em meus textos algo passível de se identificar ou estabilizar como asserções filosóficas, proposições positivas que se pudessem suspeitar de serem falsas” (DERRIDA *apud* NASCIMENTO, 2001, p. 95). O sistema é aberto e fechado: ao mesmo tempo em que se concebe um texto enquanto um Outro completo ele é necessariamente formado por Outros, por leituras anteriores, por rastros. Como comenta Derrida, o texto não é estático, mas uma combinação de significados possíveis que variam de acordo com cada contexto (DERRIDA *apud* FROTA, 2000, p. 78).

Evando Nascimento destaca que a condição de existência de qualquer texto depende desse jogo de repetição, ou seja, da possibilidade de re-leitura de um texto ainda que não se tenha acesso ao emissor ou ao destinatário primeiro. Por conta dessa abertura, instaura-se uma instabilidade necessária do signo, sem a qual não seria o texto comunicável. Partindo da lógica da iterabilidade, “[n]ão existe código que não possa ter sua regra aberta à alteridade [...]” (NASCIMENTO, 2001, p. 160).

A iterabilidade altera, parasita e contamina o que ela identifica e permite repetir; faz com que se queira dizer (já, sempre, também) algo diferente do que se quer dizer, diz-se algo diferente do que se diz e gostaria de dizer, compreende-se algo diferente... etc. Em termos clássicos, o acidente nunca é um acidente (DERRIDA *apud* NASCIMENTO, 2001, p.162).

Ao mesmo tempo em que essa abertura de sentidos é posta, por conta dessa eterna e provável referência ao que já foi dito (e ao que se dirá), perde-se necessariamente o controle daquilo que pode ser dito de um texto. Nascimento propõe um ponto de partida ao justamente oferecer seu texto a uma leitura, mas nada garantirá a integridade do sentido, devido a esse duplo sentido da iterabilidade. Lawrence Venuti afirma essa instabilidade necessária do signo (admitida já desde Saussure) ao comentar que essa combinação de duas unidades menores, significado e significante, decorre do caráter diferencial do signo, que essa combinação seria limitada pelo contexto no qual o signo é inserido, isto é, não é fechada, mas recortada. Segundo Venuti,

[...] a relação entre significante e significado é forjada em primeira instância pelo contexto lingüístico do signo – isto é, por sua posição em uma determinada cadeia de significante e suas associações diferenciais com outros signos semelhantes, porém ausentes – mas também a extensão revisionista de Derrida da lingüística saussureana, particularmente seu conceito de “iterabilidade” (*apud* FROTA, 2000, p. 78).

Essa indeterminação no sentido, um risco ao qual um autor deve se submeter, pode ter uma origem no próprio sujeito que vai estabelecer uma leitura do seu texto. A seção a seguir tratará dessa influência do sujeito na produção de sentidos numa leitura/tradução.

O SUJEITO

Como esboçado anteriormente, toda observação sofre algum tipo de interferência. A primeira, e talvez a principal, provém do próprio observador. Lawrence Venuti, em *The difference that translation makes: the translator's unconscious* (2002), vai discorrer acerca das intervenções do tradutor no texto traduzido como provenientes de seu inconsciente. Ele parte de teorias psicanalíticas de Freud e Lacan para justificar essas tomadas de decisão por parte dos falantes sem uma justificativa aparente.

17

Segundo Venuti, o sujeito é submetido ao seu inconsciente, que emerge a partir de valores e relações sociais, nas quais ele, o sujeito – o tradutor, neste caso –, está imerso¹⁶. É importante levar em conta que o sujeito de Venuti é um sujeito social, formado a partir do meio em que ele está imerso, dizendo respeito inclusive a questões político-ideológicas. O autor acredita que um “sujeito transcendental, dotado de uma ‘consciência livre e unificada’, associada ao conceito de autoria, é também um ‘pressuposto teórico do modo de produção capitalista’ mais conhecido, na teoria política e econômica liberal, como ‘individualismo burguês’” (FROTA, 2000, p. 94-5). Desse modo, “[...] ele [Venuti] nega a dicotomia tradução livre/tradução fiel, mostrando que nem uma nem outra podem de fato ocorrer, já que não é possível ao tradutor despojar-se de toda uma bagagem ideológica e cultural que o constitui, a qual refletirá suas interpretações” (FROTA, 2000, p. 91).

Ou seja, o tradutor está imerso em sua própria linguagem, linguagem esta que o forma enquanto sujeito. A língua não se dissocia da cultura e conseqüentemente da ideologia – valores sociais – que a forma. A tradução, inevitavelmente será marcada pelo tradutor que a realiza, ele querendo ou não.

A abordagem de Venuti é interessante por mostrar claramente a impossibilidade de uma tradução neutra: ainda que o tradutor se polície contra uma eventual parcialidade, aquilo que ele considera como *fatores transindividuais* “garantirão que o inconsciente sempre trabalhará num sentido inverso às similaridades que o tradutor busca estabelecer, assegurando que a tradução seja um mero ato de comunicação” (VENUTI, 2002, p.238). Esses fatores são o que Venuti entende por erros sintomáticos, erros de tradução que são provocados pelo inconsciente a fim de estabelecer a presença do tradutor enquanto contestador do autor e do texto de partida, indo contra uma imagem marginalizada e transparente do tradutor no processo tradutório. Na epígrafe de seu artigo, Venuti cita Weaver, que comenta a esse respeito:

Muito provavelmente, ele [o tradutor] ouve as palavras em algum canto de sua mente e aprecia o som de uma ao invés de outra. Obviamente a decisão só é aparentemente instintiva. Seu instinto será guiado pelo conhecimento que tem acerca da obra do autor, pela leitura do período (WEAVER *apud* VENUTI, 2002, p.214).

¹⁶ Esse conjunto de valores a que Venuti se refere é definido enquanto ideologia, em que a teoria da qual o tradutor se vale ao transformar seu texto está imersa.

O tradutor se posiciona, portanto, entre a sua língua – a língua para que o texto de partida será traduzido – e a língua do autor – suas leis, crenças, valores sociais e culturais etc. Venuti denomina, baseando-se em Lacan, esta como “Nome-do-pai”, a figura que representa a lei¹⁷, enquanto aquela seria a “língua materna”, representando a figura materna da relação, que ensinou a língua, não apenas a primeira competência, mas o lugar onde as noções teóricas e práticas de tradução prevalecem no tradutor.

Em seu artigo, *Compreensão e interpretação no ato de traduzir: reflexões sobre o enunciado e a significação*, Paulo Ottoni, comenta a respeito do lugar do sujeito na tradução; para ele, o tradutor ficaria no meio entre as línguas, porque a tradução

[...] é um acontecimento que está sempre entre o intraduzível e o traduzível, e a leitura entre o legível e o ilegível. Estar nesse “meio”, nesse “duplo” papel em que se encontram o tradutor e o leitor, é um fenômeno decorrente não só porque há diferença linguística entre as línguas, como também porque há “diferença de sistemas de línguas inscrita numa só língua” (OTTONI, 2005a, p. 41).

O tradutor, além de tratar das diferenças linguísticas entre as línguas e dentro da própria língua, deve levar em consideração seu próprio ponto de observação; de onde vêm seus princípios teóricos de decisões no processo de tradução. Afinal, a tradução de um mesmo texto de partida será diferente não só porque pode se estar lidando com dois tradutores, sujeitos, diferentes, mas também por se tratar de um mesmo sujeito, em dois momentos diferentes. Talvez aqui também entre em jogo a questão da instabilidade, não por problemas psíquicos inerentes ao sujeito, mas porque ele em si não é estável com o passar do tempo. Ele é passível de influências e interferências provindas do meio que acarretarão interferências em suas traduções. Retomando Venuti, ele se posiciona frente a essas interferências como modo de contestar o autor; o tradutor tem um desejo de competir com aquele, de modo a alterar seu texto inconscientemente, gerando, assim, novos contextos possíveis, novas referências, novos rastros. Esse tipo de interferência geralmente não provém de uma explicação lógica, o tradutor não consegue dizer por que preferiu uma palavra à outra, por exemplo.

A própria comunicação é um processo que sofre a interferência dos participantes, cada qual com sua linguagem. A comunicação pode ser vista como um sistema em repouso, tal como a tradução. A partir do momento em que se exercer essa comunicação, essa tradução, haverá uma interferência nesse sistema. E seria uma interferência necessária, sem a qual não se obteria conhecimento. O sistema em si não é mutável – aliás, não há como saber –; o fato é que se parte do princípio de que ele não interferiria em si de modo a provocar mudanças dentro de si. Seria preciso a interferência de um elemento para que houvesse uma mudança. “É como se um dos planetas que giram ao redor do Sol mudasse de dimensões

¹⁷ “Lacan utiliza o termo ‘Nome-do-pai’ para designar não uma pessoa real [...], mas a função simbólica que o pai assume na cadeia de significantes que constituem o sujeito. O ‘Nome-do-pai’ representa várias manifestações da lei, figuras e instituições, valores e crenças que carregam consigo uma autoridade ou um prestígio social, a começar pela antiga proibição contra o incesto que regula o casamento” (VENUTI, 2002, p. 233).

e peso; esse fato isolado acarretaria consequências gerais e transformaria o equilíbrio de todo o Sistema Solar” (SAUSSURE: 2004, p.100).

O SUJEITO INDETERMINADO

19

É imprescindível levar em conta da interferência do sujeito ao se analisar o Outro – objeto de medição, o próprio sujeito, o ponto de observação –; é dessa interação primeira que todas as outras constatações se estabelecerão. É por conta do instrumento utilizado que se observa (ou não) a instabilidade da matéria, a natureza dual do signo, a necessidade de uma ruptura com os paradigmas vigentes. E pensar desse modo gera um transbordamento de conceitos e definições. Como no caso da tradução, que tanto pode ser vista sob o prisma de objeto de estudo – o resultado da interação da língua de partida com a língua de chegada – quanto instrumento com o qual se observará a multiplicidade das línguas – a interação de uma com a outra eliminando essa ideia de línguas estanques e sem esse movimento de complementaridade. Com a instituição da tradução estabelecem-se dois polos: língua de partida e de chegada. A tradução é uma transformação que

[...] não distingue de modo estanque as línguas envolvidas na tradução, uma nacional e outra estrangeira, mas encara-as como complementares. A questão da tradução é a questão da *intervenção na língua* e não gerenciamento decorrente da necessidade de se manter as línguas envolvidas na tradução em oposição (OTTONI, 2005c, p. 72-3).

A tradução geraria, portanto, uma rede de instabilidades. Seria preciso, nesse caso, ser vista a partir da indecidibilidade do *double bind*, enquanto teoria e prática, enquanto necessidade e impossibilidade, enquanto conceito e instrumento, uma “ligação entre *diferentes conceitos* de tradução [...], que implicam *função e papel do tradutor* radicalmente alterados” (OTTONI, 2005c, p. 79). Isso porque segundo Rosemary Arrojo, “[a] partir da perspectiva psicanalítica, sujeito e objeto estão irremediavelmente comprometidos numa relação transferencial em que um se mistura e entrelaça com o outro” (ARROJO *apud* OTTONI, 2005d, 96). Afinal, o sujeito só se define por conta da existência do Outro. Seria, portanto, apenas em contato com o externo que essa individualidade se forma, esse contato extremo e violento, que a cada ponto de observação muda de face e oferece novas possibilidades. E por conta dessa falta de imparcialidade que faz os Estudos da Tradução um âmbito tão produtivo de discussões; é essa falta de inocência e neutralidade em conjunto com a impossibilidade de se obtê-la que gera tanto interesse.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, H. G. *Procedimentos técnicos da tradução*. Campinas: Editora Pontes, 1990.
- BERMAN, A. *A prova do estrangeiro*. Santa Catarina: EDUSC, 2002.
- DERRIDA, J. *A farmácia de Platão* (Trad. Rogério da Costa). São Paulo: Iluminuras, 1991.

- _____. *Torres de Babel* (Trad. Junia Barreto). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- FROTA, M. P. *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na linguística e psicanálise*. Campinas, SP: Pontes, 2000.
- MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução* (Trad. Heloysa de Lima Dantas). São Paulo: Cultrix, 1975.
- NASCIMENTO, E. *Derrida e a Literatura: "notas" de literatura e filosofia nos textos da desconstrução*. Niterói: EdUFF, 2001.
- OTTONI, P. Compreensão e Interpretação no ato de traduzir: reflexões sobre o enunciado e a significação. In OTTONI, P. *Tradução Manifesta: double bind & acontecimento*. Campinas, SP: editora Unicamp; São Paulo: Edusp, 2005a, pp. 35-46.
- _____. Tradução recíproca e *double bind*: transbordamento e multiplicidade de línguas. OTTONI, P. *Tradução Manifesta: double bind & acontecimento*. Campinas, SP: editora Unicamp; São Paulo: Edusp, 2005b, pp. 47-70.
- _____. Tradução é desde sempre resistência: reflexões sobre teoria e história da tradução. OTTONI, P. *Tradução Manifesta: double bind & acontecimento*. Campinas, SP: editora Unicamp; São Paulo: Edusp, 2005c, pp. 71-81.
- _____. Tradução e inconsciente: a resistência à análise como mecanismo de imposição da língua. OTTONI, P. *Tradução Manifesta: double bind & acontecimento*. Campinas, SP: editora Unicamp; São Paulo: Edusp, 2005d, pp. 92-104.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral* (Trd. Antônio Chelini, José Paulo Paese Izidoro Blikstein). São Paulo: Cultrix, 2004.
- STEINER, G. *Depois de Babel: questões de linguagem e tradução* (Trad. Carlos Alberto Faraco). Curitiba: Editora UFPR, 2005.
- VENUTI, L. The difference that translation makes: the translator's unconscious. In: RICCARDI, A. (org.) *Translation Studies: Perspectives on an Emerging Discipline*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002 (pp. 214-241).